

Isabel Duarte, Alexandra Castro, Joana Afonso, Mafalda Sousa, Margarida Salgueiro Antunes, Maria José Lobo Antunes, 2005, *Coexistência inter-étnica, espaços e representações sociais: os ciganos vistos pelos outros*, Lisboa, ACIME, «Olhares: 4», 181 páginas.

Por Elisa Lopes da Costa

A decisão do Alto Comissariado para a Emigração e Minorias Étnicas (ACIME) de editar um conjunto de estudos que foram elaborados no âmbito de projectos de investigação que promoveu, financiados pela FCT e realizados em 1999-2000, surgiu em boa hora. Desde logo, porque trabalhos guardados na gaveta constituem um desperdício financeiro mas, também, dada a escassez de estudos científicos que permitam conhecer melhor o Povo Cigano em Portugal e, por consequência, proporcionem alicerces mais sólidos ao trabalho de integração cuja urgência é inequívoca.

Em nota prévia fica a informação complementar de que o estudo ora editado (o 4.º da colecção) forjou um novo projecto, destinado a aprofundar a análise nele contida e cuja publicação se aguarda com interesse.

O intuito das investigadoras que o elaboraram (membros do Centro de Estudos Territoriais do ISCTE) foi compreender e analisar representações sobre comunidades ciganas em espaços de presença conjunta de não-ciganos e de ciganos. Para tanto foram escolhidos: o espaço residencial - o Bairro da Boavista (habitação Social, em Benfica, Lisboa) e, em Vila Nogueira de Azeitão (terrenos de estacionamento para os nómadas aquando da realização da feira mensal, sempre no primeiro domingo, Setúbal); o espaço de exercício profissional - a feira mercado de Cascais realizada à quarta-feira e, o espaço de permanência ocasional em equipamentos colectivos - hospital Garcia de Orta, em Almada.

A obra parte do enquadramento teórico que permite apreender o desenvolvimento do trabalho. São definidos os conceitos de pobreza e de exclusão social; raça, racismo (s); representações sociais; comunidade, visando este “apreender as representações sobre os ciganos, os seus traços definidores e as práticas sociais específicas desta comunidade, vista a partir do exterior” (p. 22) e “compreender quais as dimensões e elementos sig-

nificativos na elaboração da distinção entre ciganos e não-ciganos, evocados por estes últimos a partir de contextos de confronto cultural específicos” (p. 23); espaços públicos, subdivididos em livres, institucionais e do local de residência; apropriação do espaço e coexistência social.

Segue-se a exposição dos quatro estudos de caso apresentados pelas opções metodológicas que lhes estão subjacentes e, culmina numa visão de conjunto que enforma as conclusões.

Como Anexos surgem: “Análise de imprensa” (pp. 136-179), trata-se de resumos de artigos (todos referentes ao ano 2000 e procedentes de jornais diários e semanários) agrupados em três áreas: «Situações de atitudes xenófobas face aos ciganos»; «Situações de rixas entre ciganos» e «Projectos de integração do grupo étnico cigano». E, o “Painel de Entrevistados” (46, dos quais 27 do sexo feminino) que se agrupam em: 1.º caso - 12, 2.º caso - 6, 3.º caso - 15 e, 4.º caso - 13 e que proporcionam alguma informação que ajuda na respectiva caracterização. De assinalar que para todos os estudos de caso era desejável que tivesse havido um número de inquiridos superior.

Da leitura da obra fica a ideia de que, para os quatro casos estudados, as representações estão quase cristalizadas sendo diminutas as variações. Independentemente da formação académica e do estatuto socioprofissional dos entrevistados, o indivíduo cigano é sempre tomado como parte de um grupo. Aqui, nada de novo pois os próprios ciganos assumem sempre (e em todas as circunstâncias) a sua condição grupal em detrimento do individual e, essa imagem parece ser passada para o exterior de forma deliberada.

As representações estão, em geral, ligadas às memórias de infância dos entrevistados, porém, bastante afastadas do quadro de exclusão social total vivido então, e verificam-se frequentes referências à ostentação de riqueza e a estarem metidos em negócios ilícitos. A excepção surge no caso

2 (Vila Nogueira de Azeitão) a propósito de ciganos excluídos de todos os “sistemas sociais básicos”.

Coisa diferente é a tendência para ser tomada a “nuvem por Juno” e o total desinteresse em conhecer estas pessoas, concidadãos dos inquiridos, que levam a avaliações/análises “a olhómetro”, que o mesmo é dizer, a reproduzir ideias feitas, a realizar análises simplistas e superficiais, logo bastante redutoras. Basta ver que são caracterizados com um conjunto de elementos físicos e de traços negativos, sendo conotados com a agressividade e a arrogância, em especial quando em grupo.

Verificou-se, para a generalidade dos entrevistados e para o conjunto dos casos de estudo, que o contacto/interacção entre ciganos e não-ciganos “parece envolver uma complexidade de difícil resolução em todos os contextos estudados, ainda que essa complexidade tome diferentes formas nos vários espaços de co-presença” (p. 126).

As representações sobre a apropriação do espaço por parte dos ciganos giram em volta da ideia de transgressão, mas, fica por saber como lidam, de facto, com os ciganos os entrevistados que tão negativamente os representam.

Se alguma ilação se pode tirar deste livro é a de que, como vem acontecendo desde há mais de

quinhentos anos, os ciganos permanecem perto da vista e longe do coração. Como escrevem as autoras “a proximidade física entre ciganos e não-ciganos nos espaços de co-presença é caracterizada pela manutenção de uma distância social que os entrevistados consideram ser “de segurança” (...) A distância social existente entre ciganos e não-ciganos é aprofundada e consolidada por um abismo onde se conjuga o desconhecimento, a mitificação e o medo” (p. 129).

Terminam, contudo, com uma nota optimista: “(...) julgamos possível que contextos particulares gerem processos de coexistência potenciadores de estratégias de aproximação social, em que, uma vez mais de ambos os lados, possamos assistir à reformulação das fronteiras no sentido de criar permeabilidades ou espaços de contacto e entendimento” (p. 129).

Que os livros publicados na colecção «Olhares» são prestimosos em vários domínios do saber e, que proporcionam vasta gama de conhecimentos, é afirmação iniludível, assim haja vontade para passar à prática tudo quanto se revela de há muito necessário para inverter de vez a situação em que o Povo Cigano tem vivido em Portugal, uma vez que a responsabilidade é, sem sombra de dúvida, colectiva!

Maria Manuela Ferreira Mendes, 2005, *Nós, os ciganos e os outros. Etnicidade e exclusão social*, Lisboa, Livros Horizonte, 205 páginas

Por Alexandra Castro

A publicação recente do livro de Manuela Mendes fruto da sua dissertação de mestrado de 1997 – “Etnicidade, grupos étnicos e relações multiculturais. Elementos para a compreensão das relações entre ciganos e não-ciganos” – vem enriquecer o conhecimento científico sobre os ciganos em Portugal e dar visibilidade a um grupo sobre o qual se tendem a produzir discursos e práticas que fomentam o seu “fechamento e opacidade”. A opção por metodologias de carácter intensivo, como a entrevista biográfica e a observação participan-

te, permitiram a recolha de um considerável acervo de informação que agora se torna público.

O primeiro capítulo é reservado ao enquadramento conceptual da investigação. A autora faz uma revisão de algumas das teorias sobre a etnicidade, discute o conceito de identidade e aborda resumidamente algumas das situações de exclusão social. Não pretendendo opor quadros conceptuais, pois parecem não existir “divergências conceptuais de fundo”, faz uma breve passagem pelos pressupostos em que assentam algumas

das teorias da etnicidade, concluindo que apesar da ambiguidade deste quadro conceptual ele não deixa de ter virtualidades operatórias. De destacar nesta incursão teórica as teorias de cariz essencialista em que os indivíduos estão unidos por laços primordiais – ligações de consanguinidade, o ter nascido numa dada comunidade religiosa, a partilha da mesma língua e de traços fenótipos –, adquiridos *a priori* por se ter nascido numa determinada comunidade. Mas também as teorias do grupo de interesse de carácter mais “instrumentalista” que vêm na etnicidade um meio para a conquista de poder político e de recursos económicos. As teorias da escolha racional, as de orientação neoculturalista e as interaccionistas são igualmente referenciadas e onde sobressai o carácter iminentemente relacional na interpretação das etnicidades..

Preterindo as designações de raça ou minoria étnica em favor de grupo étnico por este ser menos redutor, Manuela Mendes tem em consideração três dimensões da problemática da etnicidade quando referenciada ao grupo cigano: “a social – desigualdades sociais e inserção socioprofissional; a cultural – religião, valores e crenças religiosas, a língua, os estilos de vida, as tradições culturais e as práticas culturais, as relações de parentesco; a política – a organização interna da comunidade e face ao exterior, a autoridade interna, o associativismo e a participação política” (p. 28). São estas três dimensões que lhe permitem averiguar a amplitude dos “contrastes sociais e culturais” do grupo étnico cigano com a sociedade portuguesa em geral e concluir que este “acumula em maior amplitude um conjunto de dimensões de contraste social e cultural em relação às outras minorias e à sociedade portuguesa em geral” (p. 32).

Manuela Mendes discute ainda o conceito de identidade, apontando para o duplo processo de formação das identidades – relacional e cultural –, para a inexistência de “identidades puras” e não ambivalentes, nomeadamente pela pertença dos sujeitos a múltiplos “círculos sociais” que em determinadas dimensões da vida social estabelecem preferencialmente interacções no seio do círculo étnico e noutras relações com a sociedade abrangente. Assim, na abordagem da identidade étnica do grupo cigano a autora cruza os aspectos dinâmicos e situacionais, os factores primordiais e instrumentais e os processos relacionais de cons-

trução de identidades sociais negativas, no sentido de “averiguar a sua consciencialização quanto à partilha de um património cultural peculiar e distinto, bem como, avaliar o sentido e a reinterpretação que fazem sobre a sua cultura” (p. 37).

A autora considera que a transversalidade do fenómeno da exclusão social no que concerne aos grupos étnicos introduz outra dimensão nuclear na pesquisa realizada. Embora reconheça não pretender esgotar todas as vertentes analíticas dos processos de exclusão social, parece-nos, no entanto um ponto pouco problematizador desta questão quando se está na presença do grupo cigano. Identificam-se como “factores de vulnerabilidade que expõem de forma notória este grupo a situações de pobreza e exclusão social” (p. 20) o *deficit* de escolarização, a inserção na economia informal ou a falta de participação política e no movimento associativo, mas não se questiona neste ponto o enquadramento conceptual mais adequado na abordagem do grupo cigano, nomeadamente por aqueles factores poderem traduzir situações de auto-exclusão e de formas de organização interna ao grupo. Mais adiante, no capítulo 4, estes aspectos são abordados quando se analisam as representações dos ciganos face à escola e ao trabalho e se destaca a importância da organização social na construção destas representações.

Como bem refere Ana Sofia Marques no artigo publicado neste número “É com alguma reserva que se pode pensar a situação dos ciganos enquanto excluídos se se associar essa exclusão ao mercado de emprego. (...) Estamos perante grupos com uma forte coesão interna que desenvolvem na sua grande maioria, actividades económicas não integradas no mercado formal de emprego. (...) Mais do que factores de exclusão resultantes de um *deficit* ao nível dos requisitos para aceder às oportunidades que a sociedade oferece (por distância face à informação, por incapacidade de formular projectos de transformação do próprio destino, por inadequação da vivência e gestão do tempo e dos recursos, por baixa auto-estima, por ausência de hábitos de trabalho regular, etc.), trata-se de formas de organização interna dos grupos sociais, “modos de vida” contrastantes com os propostos pelo padrão vigente nas sociedades modernas ocidentais. Não se nega que os ciganos possam apresentar alguns *handicaps de inserção*, contudo, caracterizar apenas as “ausências” que a sociali-

zação das comunidades ciganas apresenta face a um modelo adequado à detenção de requisitos para aceder a um emprego significa omitir a existência de modelos de organização específicos das populações ciganas com respostas próprias e diferenciadas às questões do acesso ao rendimento e quadros mentais correspondentes. (...) É sugestiva a situação relativamente à categoria “desempregado” que não tem qualquer expressão nas situações identificadas. (...) Esta categoria social invocada como uma das vítimas por excelência das situações de exclusão não parece pertinente na linguagem dos ciganos entrevistados, justamente porque ela supõe uma expectativa de emprego que não existe, ou pelo menos não tem existido entre esta população.” (p. 77).

Antes de se iniciar a apresentação dos resultados do trabalho de campo, a autora faz uma breve abordagem histórica à presença dos ciganos na Europa e em Portugal identificando algumas das medidas persecutórias de que foram alvo. Os capítulos seguintes dão conta dos resultados da pesquisa empírica que incidiu em dois grupos de ciganos: um com residência no concelho de Espinho e outro no concelho do Porto, tendo sido realizadas 22 entrevistas no Bairro S. João de Deus e 19 em Espinho, numa população que se estima ser de 1000 e 550 efectivos respectivamente. Assim, no terceiro capítulo caracterizam-se os contextos de residência dos grupos empíricos e abordam-se as representações identitárias que os ciganos constroem em torno dos seus territórios de residência. Para o efeito, mobiliza-se o discurso dos próprios entrevistados para melhor ilustrar a problemática em causa dando-se destaque, entre outros aspectos, ao ambiente social e físico dos locais de residência, às clivagens socioespaciais, aos processos de auto e hetero segregação, às preferências e à intensidade das relações de vizinhança.

No quarto capítulo caracteriza-se sociograficamente os ciganos entrevistados, traçando-se as trajetórias escolares e profissionais, identificando-se mudanças intergeracionais e atitudes nestes dois domínios. Os dados recolhidos vêm corroborar e enriquecer o conhecimento sobre a situação dos ciganos portugueses. Não dispensando uma leitura atenta, em traços muito gerais é de destacar os seguintes dados recolhidos: componente iminentemente informal da educação e minimização da

aprendizagem formal; o estabelecimento de uma relação instrumental com a escola (o necessário para prender a ler e a escrever e para tirar a carta de condução). Rejeita-se ainda a nível escolar as regras e hábitos de sociabilidade não ciganos, a imposição da ordem e da disciplina, os horários, a restrição de movimentos na sala de aula e o saber abstracto-formal. O trajecto escolar raramente é mais prolongado que o primeiro ciclo; existe uma elevada taxa de analfabetismo entre os mais velhos, sobretudo do sexo feminino, sendo as trajetórias protagonizadas por mulheres mais descontinuas, com fases de abandono escolar temporário.

Em termos profissionais o trabalho é concebido como necessidade de sobrevivência e não de realização pessoal, recusando-se actividades que passem por uma relação assalariada, sendo a actividade principal a venda em feiras. Como algumas características do exercício profissional destacam-se a sazonalidade, a precariedade, o quotidiano marcado pelo imediatismo dada a insegurança e a imprevisibilidade do presente. Ainda não se verificam alterações significativas quanto ao estatuto socioprofissional entre as gerações, porque todos são trabalhadores não qualificados do comércio. Apenas há diferenças entre a venda de porta em porta e a venda a clientes certos ou em feiras. Refere-se a importância da adaptação, da aprendizagem no contexto familiar, da polivalência e da capacidade de viver de expediente

No quinto capítulo analisam-se os processos sociais de construção da identidade cultural dos ciganos, através de marcadores de identificação e de diferenciação face aos outros, nomeadamente as estratégias matrimoniais, o papel que é conferido aos “mais velhos”, as solidariedades informais intragrupo, as práticas e crenças associadas ao luto, as práticas linguísticas e os comportamentos religiosos. Estes são os marcadores que aos olhos dos ciganos mais parecem delimitar as fronteiras identitárias, embora estejam também eles num processo de transformação que “coloca o grupo numa situação de ambivalência entre a sua diluição na maioria ou manutenção da sua singularidade herdada ao longo das gerações” (p. 133). A autora conclui, assim, que “as transformações sociais ocorridas no grupo evidenciam uma certa desestruturação das bases tradicionais, o que vai a par da criação de novas formas relacionais que não raro têm pouco a ver com a sua tradição” (p. 200). Como exem-

plos de transformações que ocorrem mais no conteúdo do seu repertório cultural (e não tanto na sua identidade étnica) a autora aponta o progressivo desaparecimento nos seus quotidianos do romanó, a concentração espacial das linhagens, a sedentarização, a intensificação das relações com não-ciganos, a procura de outras inserções profissionais e a coabitação em bairros de habitação social. Esta perda ou transformação dos seus traços culturais definidores, parece ter sido um processo que se iniciou há cerca de trinta anos, através de mecanismos de assimilação e incorporação.

No sexto capítulo analisam-se, por um lado, as predisposições e as práticas de participação na vida associativa local, na comunidade envolvente e no campo político e, por outro lado, as suas percepções face ao racismo. É também aqui avaliada a actuação discriminatória da polícia e dos tribunais face aos ciganos. Consta-se uma participação muito reduzida deste grupo em partidos e órgãos locais. Esta situação é explicada pelas baixas expectativas que apresentam face a estas instâncias, pois não esperam que ajam a seu favor uma vez que são dominadas pelos *Outros*, mas também por a mobilização política só ser legítima para aqueles que se pensam como membros legítimos da sociedade, o que não acontece nos caso destes entrevistados: “o campo político é visto como uma instância distante e apenas acessível àqueles que têm competência simbólica e cultural para se ocuparem de política” (p. 189). Vêm-se como um grupo que sempre esteve entregue a si contando para isso com a mobilização interna, no entanto, a mobilização que demonstram em torno dos interesses culturais comuns não existe em torno da acção política. Citando F. L. Machado, a autora refere que a comunidade cigana é atravessada por uma contradição entre reivindicação da diferença cultural e a luta pela igualdade de oportunidades que pressupõe por vezes a diluição dessa diferença.

Relativamente à percepção de racismos, os entrevistados dizem-se vítimas de atitudes racistas, fenómeno que se tem vindo a agudizar devido à associação dos ciganos ao tráfico de droga. Sendo um grupo rotulado de perigoso, estão sempre

sob suspeita e são alvo de comportamentos discriminatórios. Estes comportamentos registam-se essencialmente em espaços de sociabilidade, em contextos de trabalho, na procura de habitação, no atendimento em zonas comerciais e em instituições públicas. Quer a instituição policial quer a judicial foram apreciadas de forma global como relativamente discriminatórias. Ainda tendo por base os discursos recolhidos reconhece-se que o racismo não é unilateral e que os ciganos também são racistas face à maioria fruto das dificuldades de co-existência. O racismo apresenta, pois, um carácter extensivo e generalizante, pois o indivíduo perde a sua individualidade para ser considerado como um membro de um grupo, possuindo as características do grupo.

No último capítulo, dedicado às considerações finais, Manuela Mendes constata que apesar das “capacidades de adaptabilidade demonstradas pelo grupo étnico cigano se tenham traduzido em melhorias nas suas condições socioeconómicas e de vida, não houve correspondência em termos de protagonismo sociopolítico e em distintividades sociais (...) os trajectos e os projectos de vida apresentam-se condicionados a determinados constrangimentos, tais como: o preconceito, a rejeição e o estereótipo secular, os baixos níveis de escolarização, a inserção precária no mercado de trabalho, a participação política, associativa e cívica passiva, o não exercício dos direitos de cidadania e o deficiente usufruto de benefícios e apoios estatais na sua plenitude” (p. 201)

A autora lança assim dois desafios para alteração deste cenário. Por um lado, operar uma desconstrução dos estereótipos e imagens negativas, o que implica um conhecimento do grupo. Por outro lado, esbater o hiato entre educação escolar e educação familiar para ir ao encontro das expectativas das famílias ciganas, isto no pressuposto de que a um aumento da escolarização poderia corresponder “uma maior capacidade de defesa dos seus interesses e especificidades étnicas perante a cultura maioritária, bem como um maior grau de ‘politização’ da etnicidade cigana” (p. 202).

Alberto Macedo, 2004, *Jovens Sem Escoltas. Três Anos a Viver o Programa Escolhas. Histórias de Meninos de Sonhos Perdidos*, Lisboa, Edição do autor, 199 páginas

Por Flávio Paiva

*Saber para prever,
Prever para prevenir,
Prevenir em vez de reprimir.
(UNESCO)*

Foi dado à estampa, em Lisboa, o livro de Alberto Macedo, com o título “Jovens sem Escolhas”, em que o autor apresenta os objectivos, a metodologia e os resultados do Programa Escolhas e chama a atenção do poder político e da opinião pública em geral para a necessidade da existência de um programa de prevenção da criminalidade juvenil nos bairros problemáticos, nos moldes em que foi concebido em 2000, pelo Governo de António Guterres.

A génese do Programa explica-se em poucas palavras: o Governo procurou dar uma resposta imediata ao assalto perpetrado por jovens delinquentes na CREL, numa noite de verão de 2000, visando a actriz Lídia Franco – acontecimento que foi muito mediatizado pelo facto de a vítima ser uma figura pública.

Por Resolução do Conselho de Ministros 4/2001, é criado um Programa de Prevenção da Criminalidade e Inserção dos Jovens dos Bairros mais Vulneráveis dos Distritos de Lisboa, Porto e Setúbal – Programa esse que foi concebido pela Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco. Para coordená-lo, o Ministro António Costa convidou o sociólogo Dr. Eduardo (Alberto Macedo) Vilaça, atendendo certamente ao seu currículo e à sua especial vocação para lidar com os problemas sociais. O convite foi aceite, tendo o autor iniciado o desenvolvimento do Programa em Janeiro 2001. Promoveu então o diagnóstico da situação, planeou as linhas de intervenção nos bairros, com a colaboração dos próprios jovens, e executou o plano de execução nos territórios abrangidos, com resultados excelentes. Este Programa foi distinguido, em 2003, com o 1.º Prémio da “Rede Europeia de Prevenção da Criminalidade” da União Europeia.

O Escolhas foi depois reestruturado pelo Governo do Dr. Durão Barroso, passando a chamar-se 2.ª Geração do Escolhas, com os objectivos reformulados, mudando o coordenador e a tutela, que passou a ser da responsabilidade do Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Após o termo da Comissão em 2003, o Dr. Vilaça aproveitou para escrever e editar o livro que é objecto da presente recensão, onde critica a reformulação do Programa. Na sua opinião, a reformulação só veio descaracterizar a metodologia e o trabalho que se vinha realizando na primeira fase do Escolhas.

O livro é também uma pequena homenagem aos colaboradores e aos jovens que participaram nas actividades de formação e intervenção comunitária.

Começa por analisar alguns conceitos indispensáveis à compreensão do quadro teórico do Programa. Aqui o autor distingue o conceito jurídico de prevenção do crime, cujo objectivo é o de limitar o número e gravidade dos delitos, do conceito sociológico de prevenção da criminalidade (intervenção social); esclarece as causas e factores potenciadores (família, escola, *habitat* e comunidade) da delinquência e desviância dos comportamentos juvenis; define os conceitos de gang (grupo organizado de jovens) e de galera (grupos de carácter esporádico, fluido); e aponta para os níveis de segregação social e espacial que a cidade internamente gera e que estão na origem dos comportamentos desviantes dos jovens residentes nos bairros.

Seguidamente, o autor expõe a metodologia utilizada na realização do Programa. Passada a fase inicial de diagnóstico e de planeamento da inter-

venção, com base nos recursos disponíveis, apresenta o Plano de Acção, cuja estratégia decorreu segundo três vertentes principais: uma de reflexão permanente e conjunta sobre a metodologia e prática de actuação; outra de constituição de parcerias com as várias instituições públicas, privadas e sociais implantadas nos bairros; e outra ainda de intervenção no terreno, através de equipas multidisciplinares, nas quais se integraram coordenadores, técnicos, mediadores e tutores jovens, que residiam nos bairros e que foram formados pelas respectivas equipas.

O texto é enriquecido com fotografias ilustrativas da actividade dos jovens, com quadros estatísticos que mostram os resultados do Programa e com sete histórias de vida de “meninos de sonhos perdidos”, como lhe chama o autor, ou sejam, histórias de rapazes e raparigas que viveram dramas de dor e sofrimento, que ainda hoje arrasam consigo.

Trata-se, no fundo, de uma narrativa verídica de uma actividade que marcou o autor, cuja actualidade não pode ser mais evidente face aos acontecimentos do último Verão (o pretense “arrastão” de 10 de Junho de 2005), que criaram o pânico na praia de Carcavelos: jovens supostamente prove-

nientes de bairros sociais e degradados invadiram a praia às 15 horas, repleta de banhistas, roubando-os e agredindo-os.

Os sentimentos racistas e xenófobos de alguns portugueses manifestaram-se abertamente através da imprensa e da televisão, mostrando que estamos em cima de um barril de pólvora. O Presidente da República sentiu necessidade de tomar posição, visitando logo a seguir o Bairro da Cova da Moura onde, num discurso conciso mas oportuno, alertou para as dificuldades do reconhecimento da nacionalidade portuguesa dos jovens da segunda geração, da problemática da marginalidade social, das frágeis condições de vida de uma população migrante – e dos seus descendentes – e de como essa situação pode trazer profundas consequências para o bem-estar de todos os portugueses.

Entretanto, o Programa Escolhas da 2.^a geração arrancou com uma metodologia completamente diferente da preconizada pela equipa coordenada pelo autor. Em vez da prevenção da violência urbana, optou-se pelo financiamento dos mais variados projectos de apoio à juventude em qualquer parte do país. Esperamos pelos resultados desta nova estratégia, desejando que sejam tão positivos quanto os da 1.^a geração do Programa.